



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

PREGÃO ELETRÔNICO n. 23/2019

Objeto: *Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação, copeiragem e apoio operacional nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, localizadas na Capital e no Interior do Estado de Minas Gerais, em modelo de contrato por desempenho/resultado, com fornecimento de uniformes, materiais de limpeza e equipamentos de proteção individual (EPIs)*

Recorrentes: *Santa Fé Serviços Eireli e Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*

1. RELATÓRIO

Santa Fé Serviços Eireli, CNPJ 05.670.079/0001-81, inconformada com sua desclassificação no **Lote 4** do Pregão Eletrônico 23/2019, e *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*, CNPJ 01.723.789/0001-71, inconformada com a declaração da empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli*, CNPJ 09.445.502/0001-09, como vencedora do mesmo lote, manifestaram interesse em recorrer, nos seguintes termos:

Santa Fé Serviços Eireli: *"Manifestamos, nossa intenção de recurso contra nossa desclassificação. Não concordamos com os motivos apresentados no E-PAD 35.898/2019 de 13 de novembro de 2020.*

Haja vista, que cumprimos com todos os requisitos do Edital e seus esclarecimentos respondidos pelo TRT referente ao Edital antes da abertura das proposta".

Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli: *"Iremos recorrer, em função da proposta / planilha não constar o "financiamento da aposentadoria especial" para colaboradores c/ direito ao Adicional de Insalubridade, conforme determinado na Lei 8.213/91, art. 57 §6º".*

Ambas as empresas apresentaram razões recursais, conforme docs. 35898-2019-433/434.

Contrarrazões apresentadas pela empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* (doc. 35898-2019-435).

É o relatório.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos

2. ADMISSIBILIDADE

2.1. Tempestividade

Conheço das manifestações de intenção de recorrer, por tempestivas, com base no art. 26 do Decreto n. 5.450/2019, bem como no item 20.3 do Edital, vez que interpostas eletronicamente, no dia 10/02/2021 às 09:02hs (*Santa Fé*) e no dia 09/02/2021 às 14:14hs (*Conservadora Campos*). A declaração do vencedor se deu às 14:02hs do dia 09/02/2021.

Quanto aos recursos, no que se refere à tempestividade, também conheço, eis que as razões recursais de ambas as licitantes foram apresentadas no prazo legal, em 18/02/2021, em observância ao item 20.3.1 do edital, com supedâneo no art. 26 do Decreto n. 5.450/2019.

As contrarrazões também foram apresentadas tempestivamente, em 22/02/2021.

2.2. Legitimidade e Interesse de agir

Também neste ponto, conheço dos recursos, já que as recorrentes participaram da licitação, tendo legitimidade para recorrer e interesse no resultado do recurso.

3. MÉRITO

3.1 - Do Recurso de *Santa Fé Serviços Eireli*

Preliminarmente

Em suas contrarrazões, *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* alega que “da simples leitura da ata do sistema licitações-e verifica-se que tal “recorrente” JAMAIS manifestou interesse de interpor recurso administrativo após a declaração que esta Recorrida foi a vencedora do lote n.º 04”.

Mais adiante, completa: “Por tal constatação é também de fácil conclusão que a peça nominada como “Recurso Administrativo” apresentada em 18.02.2021 é manifestamente intempestiva e, portanto, não pode ser conhecida pelos agentes públicos responsáveis pelo julgamento do presente certame!”



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Santa Fé Serviços Eireli, embora não tenha manifestado intenção de recorrer no campo próprio do sistema, o fez por meio do chat de mensagens do portal de compras, dentro do prazo de 24 horas previsto no edital, conforme exposto no item 2.1, acima (Admissibilidade).

Considerando-se os princípios do formalismo moderado e da razoabilidade, esta pregoeira entende, s.m.j., que a manifestação apresentada pela Recorrente não deve ser desprezada pelo simples fato de não ter sido inserida no campo próprio do sistema de compras.

Assim, não há que se falar em intempestividade da peça recursal, devendo o Recurso ser conhecido.

Soluções Serviços Terceirizados Eireli afirma, ainda, que a desclassificação de *Santa Fé Serviços Eireli* já foi alvo de Recurso Administrativo, “sendo que tal assunto encontra-se precluso por já haver decisão terminativa na esfera administrativa”.

Ocorre que, diferentemente do alegado pela licitante *Soluções Serviços Terceirizados Eireli*, a desclassificação da ora Recorrente nunca foi alvo de Recurso Administrativo.

Em 14/08/2020, *Santa Fé* foi declarada vencedora do Lote 4 do certame. Em seguida, aduzindo questões relativas ao enquadramento sindical daquela empresa, *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* apresentou recurso, o qual foi julgado **parcialmente procedente**, tendo a autoridade competente determinado o retorno dos autos à fase de julgamento da proposta, com a finalidade de se aprofundar a análise relativa à pertinência da utilização da CCT em que se baseou a proposta apresentada por *Santa Fé*.

Desta maneira, seguindo as orientações propostas pela autoridade competente deste Tribunal, a pregoeira realizou diligência, que culminou com a desclassificação de *Santa Fé*, a qual aguardou o momento oportuno (declaração de vencedor) para se insurgir contra a decisão da pregoeira.

Assim, também não procede a argumentação de que a Recorrente pretende rediscutir matéria com decisão terminativa na esfera administrativa.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Do Mérito, propriamente dito

Santa Fé Serviços Eireli, inconformada com sua desclassificação no lote 4 do certame, interpôs recurso administrativo, alegando, em síntese, o seguinte:

- Que, da leitura do ato constitutivo da empresa, em conjunto com o CNPJ (código CNAE), depreende-se que sua atividade principal está relacionada ao *“fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros”*;
- Que *“a atividade da empresa Santa Fé tem por finalidade a gestão de recursos humanos em várias atividades, inclusive com administração de trabalhadores temporários”*;
- Que *“a discussão relacionada ao número de funcionários, objeto da diligência realizada, é totalmente inoportuna. A empresa trabalha com contratos obtidos em licitações públicas, o número de funcionários oscilará de acordo com os contratos assinados, não tendo qualquer ligação com o conceito de atividade preponderante”*;
- Que *“a empresa realiza gestão de vários funcionários de ramos diferentes, não sendo seu foco o asseio e conservação. A gestão de recursos humanos feita pela Santa Fé conta com 957 (novecentos e cinquenta e sete) funcionários, distribuídos entre recepcionistas, porteiro, copeiro, auxiliar administrativo e também serventes de limpeza”*;
- Que *“o entendimento do TST é expresso no sentido de que em casos de enquadramento sindical, deve-se levar em consideração a atividade preponderante da empresa, no caso por se tratar da sua atividade finalística a gestão e fornecimento de recursos humanos, não há dúvidas sobre a aplicação da CCT SINSEHT/SINTAPPI”*;
- Que o *“Sr. Pregoeiro prestou esclarecimentos, ‘esclarecimento de nº 2’, no qual informou que as empresas poderiam, sim adotar o sindicato pertencente ao seu ramo de atividade, devendo para tanto apresentar documento que comprove o código CNAE da atividade preponderante”*;
- Que *“o esclarecimento detém efeito vinculante”, “passa a fazer parte integrante do procedimento licitatório, não podendo ser alterado no decorrer da licitação”*, sendo que *“esta questão é pacificada perante o Superior Tribunal de Justiça”*;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

- Que, *“como a resposta realizada pelo pregoeiro tem caráter vinculante, caso seja modificado o entendimento agora, tem-se uma substancial alteração do edital, capaz de alterar as propostas. Esta realidade, gera a nulidade do procedimento, com a necessária reabertura do intervalo mínimo”*;
- Que *“não cabe ao órgão licitante definir ou indicar qual Convenção Coletiva deveria se enquadrar os funcionários da Recorrente. Isto porque a caracterização da atividade preponderante e definição de enquadramento sindical cabe exclusivamente às empresas, as quais diante das suas atividades são capazes de demonstrar o correto enquadramento em relação às diversas CCTs existentes”*.
- Que o entendimento do TCU é *“no sentido de que a Administração não possui ingerência sobre CCT que deverá ou não ser apresentada pela licitante”*;
- Que, *“portanto, as diligências realizadas para ‘verificar’ a atividade preponderante da empresa ao menos poderiam ter ocorrido. Ademais, da forma realizada, a qual não leva em consideração o real conceito de atividade preponderante”*;
- Que, *“tanto pelos esclarecimentos realizados, como pelo entendimento do próprio TCU”, “o erro do administrador em tentar definir sobre qual Convenção Coletiva a empresa está obrigada, não pode prevalecer”*.

Pois bem.

Sobre a matéria, a autoridade competente, por meio de parecer exarado pela assessoria jurídica deste Regional no âmbito do Recurso interposto por *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* (doc. 35898-2019-237), pronunciou-se no seguinte sentido:

“Sabe-se que a atividade preponderante é caracterizada pelo produto ou objetivo final, para cuja obtenção são realizadas todas as outras atividades e não necessariamente pelo objetivo formalmente indicado à Junta Comercial ou no cadastro da Receita Federal, por exemplo.

Em outras palavras, não importa, para fins de enquadramento sindical, o CNAE principal cadastrado perante a Receita Federal ou outro órgão público, sendo a realidade fática o que conta para fins de enquadramento sindical, isto é, a realidade deve sobrepor-se à formalidade cadastral sobretudo porque o enquadramento sindical é de responsabilidade da própria empresa.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Nesse sentido, assim constou do parecer jurídico lançado no processo e-PAD n. 18.144/2020 (doc. n. 18144-2020-28, p. 26):

Nada obstante, a utilização das Convenções Coletivas vinculadas ao SINSERTH/MG – SINTAPPI/MG deverá ser analisada, inicialmente, pela Sra. Pregoeira, na linha da resposta à impugnação citada no caso: Além disso, não há falar que o enquadramento sindical será aferido apenas a partir da apresentação de documento que comprove o código CNAE da atividade econômica principal da empresa. Esclarece-se que esse documento servirá mesmo para subsidiar a análise quando da apresentação da proposta pelo licitante e poderá carecer de outras verificações que porventura se fizerem necessárias” (doc. n. 18144-2020-9).

De acordo com o conceito definido na Instrução Normativa RFB n. 1.453/2014, considera-se preponderante a atividade econômica que ocupa, no estabelecimento, o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos, observado que na ocorrência de mesmo número de segurados empregados e trabalhadores avulsos em atividades econômicas distintas, será considerada como preponderante aquela que corresponder ao maior grau de risco. Portanto, o que vale para definir a atividade preponderante é o número de empregados numa determinada atividade.

Além disso, é válido observar que foi publicada a Solução de Consulta RFB n. 4.032/2019, a qual informa que a atividade econômica principal da empresa não se confunde com a atividade preponderante do estabelecimento (matriz ou filial). A atividade econômica principal é aquela que define o código CNAE principal a ser informado no momento do cadastro do CNPJ. Já a atividade preponderante é aquela utilizada para se determinar o grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho (GILRAT/SAT). A Solução ressalta que se deve observar efetivamente quais as atividades desempenhadas pelos segurados empregados e trabalhadores avulsos, independentemente do objeto social da pessoa jurídica ou das atividades descritas em sua inscrição no CNPJ (art. 72, § 1º, da IN RFB n. 971, de 2009). Enfatiza, também, que é de responsabilidade da empresa realizar mensalmente o enquadramento do estabelecimento no correspondente grau de risco, conforme a sua atividade econômica preponderante. E as atividades-meio, que são desempenhadas por segurados que prestam serviços, deverão ser também consideradas na apuração do grau de risco. A referida solução



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

está vinculada à Solução de Consulta COSIT n. 90, de 14 de junho de 2016”.

Como se pode ver, em consonância com o entendimento acima esposado, a atividade preponderante não é determinada exclusivamente pela atividade principal constante do ato constitutivo da empresa, ou do CNPJ (Código CNAE), havendo outros elementos a serem considerados, como as atividades efetivamente desempenhadas pelos segurados empregados e trabalhadores avulsos.

Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, não se pode concluir, pelo só fato de a empresa ter como atividade principal cadastrada a de “fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros”, que o sindicato ao qual se vincula é o SINSERHT.

Outro ponto importante a se destacar é que “fornecimento de recursos humanos para terceiros” que consta como atividade principal da Recorrente em seu contrato social e cartão CNPJ, não se confunde com “prestação de serviços em recursos humanos”, que é a categoria representada pelo SINSERHT/SINTAPPI. Neste sentido, segue mais um trecho do parecer da assessoria jurídica, no âmbito da decisão do Recurso apresentado por *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*:

“Em suas contrarrazões, a Recorrida afirma que, levando “em consideração que a atividade preponderante da empresa Santa Fé é fornecimento de recursos humanos para terceiros, tem-se que é devida sua filiação ao SINSERTH” (doc. n. 35898-2019-230, p. 8). Esclareça-se, no entanto, que “fornecimento de recursos humanos para terceiros” é objeto de qualquer terceirização (fornecer mão de obra para terceiros, seja de trabalho temporário ou de conservação, por ex), ao passo que fornecer “prestação de serviços em recursos humanos” especifica o tipo de mão de obra terceirizada.

Em sua petição, a Recorrente inclusive destacou, quanto ao ponto: “a Recorrida quer que Vossa Senhoria confunda prestação de serviços em recursos humanos, que é categoria representada pelo SINSERTH, com o fornecimento de recursos humanos, ou fornecimento de mão de obra. Ora, a prestação de serviços em recursos humanos se refere à atividade econômica relativa à seleção e gerenciamento de mão de obra, locação de mão de obra temporária e gestão de recursos humanos para terceiros, atividades correspondentes aos CNAEs 781/782 e 783. Prestação de serviços de recursos humanos não é fornecer mão de obra terceirizada. Assim, deve ser descartada a



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

argumentação da Recorrida nesse sentido, não passando de pueril jogo de palavras” (doc. n. 35898-2019-231, p. 11).

Com base na Cláusula 26ª da CCT firmada pelo SINSETH, a Santa Fé Serviços Eireli concluiu que: “as empresas a ele filiadas estão aptas a fornecerem qualquer tipo de recursos humanos para terceiros, exatamente como previu o edital publicado pelo TRT3, que em inúmeros trechos clarifica que a licitação se destina a contratação de recursos humanos” (doc. n. 35898-2019-230, p. 11).

No entanto, não é válida tal conclusão. Como ensina Maurício Godinho Delgado, “os trabalhadores terceirizados não constituem, do ponto de vista real e sob a perspectiva jurídica, uma categoria profissional efetiva, uma vez que não apresentam, regra geral, similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, (compondo) a expressão social elementar compreendida como categoria profissional (art. 511, §2º, CLT)”. Desse modo, não há um sindicato para representar todos os terceirizados. Pode-se entender que eles devem ser representados pelo sindicato profissional referente à atividade que a sua tomadora de serviços exerce ou pelo sindicato representativo da sua profissão diferenciada, se for o caso, sob pena de violação do princípio da isonomia”.

Já no que diz respeito ao Esclarecimento prestado pela pregoeira (em conjunto com a unidade demandante), não houve, como alega a Recorrente, alteração do entendimento firmado, senão vejamos.

O Esclarecimento 2 (pergunta 7) foi respondido no sentido de que *“e empresa vencedora poderá, sim, adotar o sindicato pertencente ao seu ramo de atividade, devendo, para tanto apresentar documento que comprove o código CNAE da atividade preponderante, nos termos do subitem 19.4.3.4 do Termo de Referência”.*

Tal entendimento foi, inclusive, reforçado pelo parecer jurídico lançado no processo e-PAD n. 18.144/2020 - doc. 28, em resposta à Notificação Extrajudicial apresentada pelo SEAC/MG.

Ou seja, cumpre à licitante apresentar proposta com base em acordo coletivo celebrado por sindicato que representa as empresas pertencentes ao seu ramo de atividade, independente de ter sido este acordo utilizado com parâmetro para a estimativa dos preços da licitação, uma vez que, não deve a Administração Pública indicar no instrumento convocatório a



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Convenção Coletiva de Trabalho a ser utilizada pelas licitantes em suas propostas de preços.

No caso em tela, *Santa Fé Serviços Eireli* apresentou proposta de preços embasada na CCT SINserHT/SINTAPPI e, diante das circunstâncias fáticas envoltas na situação da empresa (alterou seu ato constitutivo e seu CNAE principal às vésperas da abertura da licitação, mantinha com este Regional contratos fundados em CCT distinta daquela utilizada na formulação de sua proposta para este certame, etc.), a autoridade competente entendeu por bem determinar a realização de diligência complementar no intuito de se aprofundar a análise acerca do enquadramento sindical da empresa.

Segue trecho da Decisão:

“Pelos fundamentos fáticos e jurídicos expostos, opina-se pelo provimento parcial do Recurso Administrativo hierárquico interposto pela Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli, devendo a i. Pregoeira retornar o procedimento para a fase de julgamento da proposta, a fim de que a análise relativa ao CCT apresentada pela Santa Fé Serviços Eireli seja aprofundada e então seja definida a pertinência ou não de seu uso pela Arrematante do Lote 4 do Pregão Eletrônico n. 23/2019.

Nesse sentido, sugere-se que seja solicitada à Recorrida a comprovação do número de trabalhadores dedicados a cada uma das atividades que exerce, de modo que o grupo que possuir maior número indicará a atividade preponderante da empresa”.

Desta maneira, em resultado à diligência promovida pela pregoeira, nos moldes em que foi determinado pela autoridade competente, concluiu-se que o uso da CCT SINserHT/SINTAPPI, *in casu*, não foi pertinente, haja vista que o grupo de trabalhadores mais expressivo da licitante está relacionado às atividades de limpeza e conservação, sendo esta, portanto, sua atividade preponderante (ver relatório da pregoeira - doc. 35898-2019-259).

A decisão tomada não é, de forma alguma, incoerente com o Esclarecimento prestado, tanto é que, se o resultado da diligência fosse outro, e a empresa estivesse de fato enquadrada como de *“prestação de serviços em recursos humanos”*, problema não haveria na utilização da CCT SINserHT/SINTAPPI, e sua proposta estaria classificada.

O Esclarecimento mencionado pela Recorrente diz, ainda, que a empresa, para fins de comprovação do seu ramo de atividade, deverá



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

apresentar documento que demonstre o código CNAE da sua atividade principal, o que não significa, s.m.j., que outros documentos não possam ser analisados conjuntamente com aquele, para a formação do convencimento, que foi o que ocorreu.

Assim, o fato de terem sido considerados para a aferição do enquadramento sindical da empresa, outros documentos, além daquele que comprova qual o seu CNAE, também não contraria, s.m.j., o entendimento esposado no Esclarecimento 2, pergunta 7.

Não há que se falar, ainda, que houve ingerência da Administração sobre a CCT que deveria ser utilizada pela empresa. O enquadramento sindical é matéria legal, devendo a empresa se utilizar do instrumento coletivo firmado pela entidade que efetivamente a representa, e, no presente caso, restou comprovado, pelas diligências intentadas, que houve um equívoco na escolha da licitante pela utilização da CCT SINSEHT/SINTAPPI.

Por todo o exposto, não merecem prosperar as alegações da Recorrente.

3.2- Do Recurso de *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli*

A Recorrente, inconformada com a classificação da proposta apresentada por *Soluções Serviços Terceirizados Eireli*, alega, em suas razões de recurso, que *“o instrumento convocatório deixa clara a necessidade de pagamento de adicional de insalubridade para os trabalhadores terceirizados contratados para os postos de serventes de limpeza”* e que a proposta da licitante vencedora *“não cotou a contribuição do empregador para o INSS referente ao adicional de insalubridade devido aos trabalhadores do cargo de servente de limpeza - violando o art. 57, §6º da Lei 8.213/91”*.

Aduz, ainda, que a licitante que se sagrou vitoriosa *“não considerou tais dispositivos, de tal forma que o valor constante de sua proposta para este item está nulo”* e que *“a sua proposta não cobre todos os custos necessários à segura execução do contrato, havendo que se falar em proposta deficitária”*.

Acrescenta que *“a não observância do valor correto na contribuição devida ao INSS no caso dos serventes de limpeza se revela especialmente grave quando cotejada com os valores apresentados a título de custos indiretos e lucro”* de 0,68% e 0,71%, muito baixos se comparados



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

àqueles percentuais orçados pela Administração, de 3,00% e 6,79%, respectivamente.

Ao final, requer a desclassificação da proposta apresentada pela Recorrida, por inexecuível ou, alternativamente, a promoção de diligências no sentido de averiguar a viabilidade da mesma.

Sem razão a Recorrente em sua argumentação, senão vejamos.

O art. 57 da Lei 8.213/91, que cuida da aposentadoria especial, assim dispõe:

“Art. 57. A aposentadoria especial será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme dispuser a lei.

(...)

§ 3º A concessão da aposentadoria especial dependerá de comprovação pelo segurado, perante o Instituto Nacional do Seguro Social–INSS, do tempo de trabalho permanente, não ocasional nem intermitente, em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período mínimo fixado.

§ 4º O segurado deverá comprovar, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício.

(...)

§ 6º O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente”.

Como se vê, o §6º do art. 57 da Lei 8.213/91 prevê o financiamento da aposentadoria especial, por meio do acréscimo de 12%, 9% ou 6% à alíquota de contribuição do RAT (art. 22, II, Lei 8.212/91), acréscimo



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

este que deverá incidir exclusivamente sobre a remuneração do segurado sujeito às condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, ou seja, sobre a remuneração dos empregados que exerçam atividades que ensejam a aposentadoria especial com 15, 20 ou 25 anos de trabalho.

O Edital, de fato, especifica o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio (20%) para os trabalhadores ocupantes de postos de servente que forem designados para atendimento de demandas das unidades de Saúde do Tribunal, em razão da sua potencial exposição a agentes biológicos, assim como a remuneração de adicional de insalubridade em grau máximo (40%) para os trabalhadores ocupantes de postos de servente que forem designados para atendimento de demanda por limpeza de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação e respectiva coleta de lixo.

No entanto, não há no instrumento convocatório e seus anexos, a exigência de cotação de alíquota diferenciada para financiamento da aposentadoria especial daqueles trabalhadores que fazem jus ao recebimento de adicional de insalubridade.

Isto porque o auferimento do adicional de insalubridade, por si só, não dá direito à aposentadoria especial, servindo apenas como um indicador de que a atividade prestada pode ser especial.

Neste sentido, segue jurisprudência do STJ:

"PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA. CÔMPUTO DE TEMPO ESPECIAL EM RAZÃO DE RECEBIMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INSUFICIÊNCIA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA EXPOSIÇÃO HABITUAL E PERMANENTE POR INTERMÉDIO DE FORMULÁRIOS E LAUDOS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM. 1. Nos termos da jurisprudência do STJ, "a percepção de adicional de insalubridade pelo segurado, por si só, não lhe confere o direito de ter o respectivo período reconhecido como especial, porquanto os requisitos para a percepção do direito trabalhista são distintos dos requisitos para o reconhecimento da especialidade do trabalho no âmbito da Previdência Social." (EDcl no AgRg no REsp 1.005.028/RS, Rel. Ministro Celso Limongi, Sexta Turma, DJe 02/03/2009). 2. In casu, o acórdão recorrido reconheceu o período trabalhado como especial, exclusivamente em razão da percepção pela trabalhadora segurada do adicional de insalubridade, razão pela qual deve ser reformado. 3. Agravos conhecidos para dar provimento aos Recursos Especiais do Município de Sorocaba e da Fundação da Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Sorocaba, para determinar o retorno dos autos a fim de que a Corte de



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Secretaria de Licitações e Contratos

origem verifique, na forma da legislação previdenciária, o efetivo exercício de atividade especial exercida pelo trabalhador segurado mediante a exposição habitual e permanente a agentes nocivos à sua saúde ou integridade física". (STJ - AREsp: 1505872 SP 2019/0141387-0, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 20/08/2019, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/09/2019)

Conforme o § 1º do art. 58 da Lei 8.213/91, *"a comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos será feita mediante formulário, na forma estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social -INSS, emitido pela empresa ou seu preposto, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho (LTCAT) expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista"*.

O LTCAT tem o objetivo de avaliar o ambiente de trabalho, documentar a exposição aos agentes nocivos e determinar se o colaborador deve receber a aposentadoria especial.

Do LTCAT são extraídas as informações necessárias para se fazer o Perfil Psicográfico Previdenciário – PPP, formulário exigido pelo INSS e pelos Regimes Próprios para a concessão do benefício de aposentadoria especial.

Portanto, não se pode, s.m.j., exigir da licitante, que efetive a cotação da alíquota diferenciada para os trabalhadores que receberão o adicional de insalubridade, uma vez que a comprovação de que a atividade exercida é ensejadora do benefício da aposentadoria especial, dependerá da conclusão da avaliação a ser feita por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, constante de laudo técnico, emitido *a posteriori*.

Importante ressaltar, ainda, que o modelo da Planilha de Custos e Formação de Preços publicado junto ao edital do PE 23/2019 (Anexo IX do Termo de Referência) é fundamentado na IN 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sendo que "as alíquotas relativas aos encargos previdenciários constantes do modelo de planilha publicado com o edital são idênticas às aquelas constantes das planilhas nas quais foram originadas/embasadas" (IN 05/2017), conforme informações prestadas pela Secretaria de Apoio Administrativo deste Regional, unidade demandante da licitação e futura gestora do contrato (doc .35898-2019-436).

A Secretaria de Apoio Administrativo prestou, ainda, as seguintes informações (doc. 35898-2019-436):



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

“Há, ou já houve, no âmbito deste Regional, contratação de serviço terceirizado em que se cotou alíquota diferenciada de contribuição previdenciária para financiamento da aposentadoria especial, para os trabalhadores que fazem jus ao recebimento de adicional de insalubridade?”

Nos contratos pretéritos geridos/ fiscalizados por esta Secretaria de Apoio Administrativo não houve a cotação da alíquota diferenciada de contribuição previdenciária para financiamento da aposentadoria especial, para os trabalhadores que fazem jus ao recebimento de adicional de insalubridade.

Na última e mais recente contratação efetivada pelo Tribunal, em caráter emergencial, houve algum orçamento ou proposta em que se fez constar alíquota previdenciária diferenciada para financiamento da aposentadoria especial, para os postos de trabalho que fazem jus ao adicional de insalubridade? As empresas atuais contratadas efetuaram a referida cotação?

Na última e mais recente contratação, em caráter emergencial, efetivada em virtude da não conclusão de procedimento licitatório regular, dentre as propostas apresentadas a esta Secretaria (Appa, Conservadora Campos, Direcional, Liderança, Outpar, Prisma e Santa Fé) – nenhuma das Empresas, inclusive a recorrente, apresentou em suas planilhas de custo e formação de preços a alíquota previdenciária diferenciada para financiamento da aposentadoria especial, para os postos de trabalho que fazem jus ao adicional de insalubridade. As empresas atualmente contratadas também não efetuaram a referida cotação. Ressalta-se que na contratação atual (Emergencial) também foi observado o modelo de planilha de custo e formação de preços disponibilizado na Instrução Normativa Nº 05/2017 do Ministério da Economia.*

Deste modo, considerando-se que o edital não previu a cotação dos custos relativos ao financiamento da aposentadoria especial dos serventes de limpeza que têm direito a receber adicional de insalubridade, não se configura razoável exigir que tal custo conste na proposta da licitante vencedora.

Se o entendimento da Recorrente é no sentido de que se faz necessária a inserção dos referidos custos na proposta de preços, deveria a mesma, no momento oportuno, antes da abertura das propostas, ter impugnado o edital. No entanto, não o fez, tendo levantado a questão na fase recursal da licitação, em momento impróprio, num claro intuito de tumultuar o certame.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

Fato curioso é que, conforme a citada informação prestada pela SEAA a título de diligência, a própria Recorrente, em procedimento realizado recentemente visando a contratação emergencial dos serviços objeto da presente licitação, também não fez constar de suas planilhas de formação de preços, os custos relativos ao financiamento da aposentadoria especial para os trabalhadores que fazem jus ao pagamento do adicional de insalubridade, mais um indicativo de que suas alegações não têm nenhum fundamento.

Com a finalidade de obter informações complementares que pudessem subsidiar a sua decisão, esta pregoeira diligenciou junto ao TRF1 - Seção Judiciária de Minas Gerais, tendo obtido as seguintes informações (doc. 35898-2019-437):

“Também utilizamos as planilhas de custo e formação de preços com base na Instrução Normativa nº 5/2017 da Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério da Economia, e não utilizamos nesta Seção Judiciária de Minas Gerais nas licitações para contratação de empresa para prestação de serviços continuados de limpeza e conservação (ou outros serviços) cotação de alíquota diferenciada para a contribuição previdenciária dos postos que recebem o adicional de insalubridade. Até momento, não deparamos com essa situação nas licitações realizadas”.

Como se vê, a exigência de cotação do financiamento da aposentadoria especial dos colaboradores que percebem o adicional de insalubridade não parece ser usual junto aos órgãos da Administração, o que reforça o entendimento de que tal previsão, de fato, não se sustenta.

A Recorrente afirma, ainda, que a proposta apresentada pela empresa vencedora é inexecutável, requerendo sua desclassificação ou, alternativamente, a realização de diligência no sentido de comprovar sua exequibilidade.

Pois bem.

Os percentuais de custos indiretos e lucro cotados pela vencedora do lote 4 em sua proposta montam em 0,68% e 0,71%, respectivamente.

Diante do apontamento feito pela área técnica na CI SELPD/SLSTE/019/2021 (doc. 35898-2019-425), no sentido de que os



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

percentuais cotados pela licitante “*mostram-se consideravelmente inferiores aos percentuais adotados como parâmetro para o orçamento estimado da contratação*”, a pregoeira diligenciou junto à empresa, a fim de colher justificativas para os percentuais cotados, de modo a comprovar a viabilidade da proposta.

Em resposta, *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* encaminhou contrato firmado com a Prefeitura Municipal de Salvador (docs. 35898-2019-428-429), comprovando que possui outras contratações com percentuais de custos indiretos e lucro semelhantes e até mais baixos que os da proposta ora apresentada (0,30% e 0,20%, respectivamente).

Apresentou, ainda, Termo Aditivo ao contrato referido, por meio do qual se prorrogou o ajuste por 12 meses, até 15/10/2021, demonstrando que a empresa vem cumprindo a contento com suas obrigações, ainda que com percentual de lucro baixo.

Adicionalmente, a pregoeira analisou os percentuais de custos indiretos e lucro constantes da proposta de *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* para o lote 4, comparando-os com aqueles constantes das propostas vencedoras dos outros lotes do certame, conforme abaixo:

	Custos Indiretos (%)	Lucro (%)
Percentual estimado pelo TRT3	3,00	6,79
Direcional Gestão de Serviços Eireli - Lote 1	0,80	0,50
Liderança Limpeza e Conservação Ltda - Lote 2	4,53	3,00
Liderança Limpeza e Conservação Ltda - Lote 3	1,33662	0,40
Soluções Serviços Terceirizados Eireli - Lote 4	0,68	0,71

Como se pode ver, os percentuais cotados pela vencedora do lote 4 estão bem próximos daqueles cotados para os demais lotes, exceto o lote 2.

Acrescente-se, a título de curiosidade, que, instada a justificar os percentuais de custos indiretos e lucro constantes de sua proposta para o lote 3, a empresa *Liderança Limpeza e Conservação Ltda* mencionou contrato firmado com o próprio TRT3 (Contrato nº 16SR023), assinado em 2016 e vigente até a presente data, cujo objeto é a prestação de serviços de motorista executivo, manobrista e supervisor, em que os custos indiretos foram cotados em 0,83% e o lucro em 0,11%.

Tudo isso são indícios de que a margem de lucro e os custos indiretos constantes da proposta apresentada pela vencedora do lote 4, apesar



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

de bem inferiores aos estimados no edital, se encontram dentro dos parâmetros praticados usualmente no mercado, não podendo, s.m.j., conduzir à conclusão de que a proposta é inexequível.

Por todo o exposto, não merecem prosperar as alegações da Recorrente, não havendo que se falar na desclassificação da proposta de *Soluções Serviços Terceirizados Eireli* seja pela falta de previsão dos custos relativos ao financiamento da aposentadoria especial (art. 57, §6º da Lei 8.213/91), seja pela sua inexequibilidade.

4. DA EMPRESA VENCEDORA

Foi declarada vencedora do Lote 4 do PE 23/2019, a empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli*, CNPJ 09.445.502/0001-09, conforme abaixo:

Lote 4			
Valor de Referência	Valor Arrematado	Valor Final	Percentual Obtido
R\$ 12.489.733,09	R\$ 10.789.000,00	R\$ 10.787.738,04	0,01 % (A diferença obtida decorre de ajuste da proposta).

Considerando-se que o valor ofertado para o lote é inferior ao estimado por este Regional, tem-se que a proposta está conforme quanto ao preço. A empresa está devidamente habilitada.

As áreas técnicas emitiram pareceres favoráveis à conformidade da proposta e da qualificação técnica e econômica/financeira da empresa (docs. 35898-2019-426/427/430).

·
O relatório da disputa, bem como a Ata da sessão encontram-se anexos ao e-PAD (doc. 35898-2019-432).

5. CONCLUSÃO

Pelos fundamentos acima expostos, **RESOLVE** a Pregoeira **CONHECER** dos Recursos interpostos por *Santa Fé Serviços Eireli* e *Conservadora Campos e Serviços Gerais Eireli* e, no mérito, propor, s.m.j, que sejam julgados improce-



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Licitações e Contratos

dentes, e mantida a decisão que declarou vencedora do lote 4 a empresa *Soluções Serviços Terceirizados Eireli*, submetendo este expediente à apreciação superior para decisão.

Ao final, requer-se a adjudicação do objeto da licitação e a homologação do certame pela autoridade competente, por regulares os atos praticados, nos moldes do art. 27 do Decreto 5.450/05, e que, após, sejam devolvidos os autos à SELC para publicação da homologação no sítio licitações-e e no Diário Oficial da União, e demais providências que forem cabíveis.

Belo Horizonte, 01 de março de 2021

Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça
Pregoeira